



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Greve Estado e Sinte mais próximos de acordo

"Reunião de ontem avançou em alguns pontos, e propostas serão analisadas em assembleias"

(DC, Reportagem Especial, p. 4 e 5)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 7/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 7/6/11
Assunto: Greve – Estado e Sinte mais próximos de acordo		Página: 4 e 5

GREVE

Estado e Sinte mais próximos de acordo

Reunião de ontem avançou em alguns pontos, e propostas serão analisadas hoje em assembleias

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Mesmo sem consenso sobre os valores da regência de classe, que compõe a remuneração dos professores, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) encaminhou a proposta apresentada, ontem, pelo governo para ser votada, hoje, em assembleias regionais. O Sinte admitiu avanços. Na quinta-feira, uma assembleia estadual pode decidir pelo fim da greve. Amanhã, os professores têm um encontro com o governador.

Com salário-base de R\$ 1.187, o menor valor de remuneração passa a ser de R\$ 1.483, resultando em um gasto mensal adicional de R\$ 22 milhões ao Estado. O impasse continua sendo os valores da regência de classe. O governo melhorou a proposta anterior, que definiu a gratificação em 15% sobre o salário-base para todos os docentes. Ontem, propôs que os professores que ganhavam 40% passem para 25%, e quem tem 25% passe para 17%.

Sem o Sinte concordar com este ponto, o governo prometeu estudar passar os 17% para 20%.

– Iremos fazer uma simulação na folha de pagamento, talvez amanhã tenhamos uma resposta para dar a eles. Mas já ultrapassamos o limite de R\$ 20 milhões – afirmou o secretário de Educação Marco Tebaldi.

Para a coordenadora estadual do sindicato, Alvetete Bedin, apesar de não ter havido um acordo em relação à tabela salarial, ela considerou um grande progresso os outros pontos da contraproposta aceitos pelo governo. O Estado comprometeu-se em abonar as faltas da greve, que chegou hoje ao 21º dia, e em fazer um concurso para contratar professores efetivos ainda neste ano.

O diretor estadual do Sinte, Luiz Carlos Vieira, também considerou positivos os pontos avançados e o comprometimento do governo em continuar discutindo a tabela salarial nos próximos quatro meses.

– Agora é o momento de pensar em todas essas conquistas. Mas não queremos que a discussão da tabela termine aqui – afirmou.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 7/6/11
Assunto: Greve – Estado e Sinte mais próximos de acordo		Página: 4 e 5

O que o governo aceita

- **Incorporação do** Prêmio Educar e do Jubilar em valor percentual correspondente para cada nível. Por exemplo, para um professor de nível médio, que ganha R\$ 609 de salário-base, o abono representa 32,8%.
- **Anistia aos** grevistas de 2008.
- **Abono de falta** aos grevistas de 2011, desde que haja reposição das aulas.
- **Fazer concurso** público dentro de 12 meses.
- **Criar uma** comissão para estudar nova tabela salarial, respeitando a progressão da carreira, em quatro meses, e não em seis.
- **Revisão do** decreto 5.593/10, que pune professores com faltas injustificadas de 2008 a 2010. Mesmo fazendo cursos, eles não progridem.
- **Revisão da** lei dos ACTs.

O ponto sem consenso

REGÊNCIA DE CLASSE

- **O governo** apresentou regência de classe de 15% sobre o salário-base para todos. Sindicato não abre mão da regência de classe de 40% para os professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental e de 25% do 6º ao 9º ano do fundamental e ensino médio.
- **O governo** apresentou a seguinte proposta: quem tinha 40% passa para 25%, e quem tinha 25% passa para 17%. E prometeu estudar passar para 20% este índice.

A greve dos professores já acabou? Quando a rede estadual de ensino volta às aulas? Mário Fruet

Antes de voltar às aulas, os professores precisam analisar as propostas em assembleias. Hoje e amanhã, os encontros serão regionais. Se nestas assembleias pelo Estado os docentes resolverem que a proposta deve ser votada numa reunião estadual, o encontro de quinta-feira vai analisar a proposta e decidir pela volta às aulas ou pela continuidade da greve.

Mande sua pergunta para www.diario.com.br/edaf. Ela poderá ser respondida pelos jornalistas do DC.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 7/6/11
Assunto: Greve – Estado e Sinte mais próximos de acordo		Página: 4 e 5

Como estão as negociações no país

De um lado, professores exigindo o cumprimento da lei do piso nacional do magistério, que vale R\$ 1.187, para um professor de nível médio, com jornada de 40 horas semanais. De outro, governantes tentando adiar o pagamento. As justificativas? A falta de recursos e a espera por um melhor entendimento da legislação.

É esse o quadro que se desenha no país, desde 6 de abril, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou uma ação que pedia para ser declarada inconstitucional a lei do piso aprovada em 2008. A ação, assinada por Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará e Mato Grosso do Sul, deu, por quase três anos, uma brecha para que estados e

municípios não pagassem o que manda a lei.

O DC ouviu os outros quatro estados que assinam a Adin. Além deles, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro para saber como a questão é tratada em três dos mais ricos estados da Federação, e no Rio Grande do Norte, terra da professora Amanda Gurgel, famosa pelo discurso que virou hit na internet.



MATO GROSSO DO SUL

• O que diz o sindicato

O governo já paga o piso. Por 40 horas semanais, um professor de nível médio ganha salário-base de R\$ 1.325, mais 40% de regência de classe, resultando em R\$ 1.856. Em 2007, docentes e governo traçaram um plano salarial para os três anos seguintes. O sindicato quer um novo plano a longo prazo e enviou o projeto ao governo em 2010. Em julho, haverá negociações para discutir a proposta. A briga é pelos 33% da hora-atividade (hoje é 25%) e para que se aplique o piso nos 78 municípios.

• O que diz o governo do Estado

O governo assinou a Adin por ser contra a hora-atividade. O governador André Puccinelli acha que a internet facilita as pesquisas e que o professor consegue preparar aulas usando os 25% da jornada e não vê necessidade de ampliar. A reunião em julho está confirmada.



PARANÁ

• O que diz o sindicato

Faltam 3% de reajuste para o Estado cumprir a lei do piso, mas o governo ainda espera pela publicação do acórdão do STF. Em abril, uma negociação entre sindicato e governo resultou num reajuste de 6,5%, que já está valendo. Com isso, o menor salário-base da rede é de R\$ 577, para 20 horas semanais. A ele são somados o valor do vale-transporte, cerca de R\$ 240. Os professores também pedem 33% da jornada de trabalho para a atividade extra-classe, que hoje é de 20%.



• O que diz a Secretaria de Educação

Aguarda a publicação do acórdão. O Estado quer esclarecimento também sobre a hora-atividade. A secretaria informa que, diante da demora da publicação, há estudos em andamento para o início do pagamento do piso.



RIO GRANDE DO SUL

• O que diz o sindicato

O reajuste dado pelo governo, no final de maio, de 10,91% foi considerado uma vitória. Hoje, o menor salário da rede, sem o aumento, é de R\$ 356 para 20 horas semanais. O governo se comprometeu em pagar o piso, respeitando o plano de carreira, nos próximos quatro anos.



• O que diz a Secretaria de Educação

Tarso Genro – ministro da Educação quando a lei do piso foi sancionada – assumiu o governo gaúcho e retirou a assinatura do RS da Adin. Em 31 de maio, a Assembleia Legislativa aprovou o reajuste de 10,91%. Com o aumento, 108 mil professores (88% do total) passarão a ter remuneração (salário-base mais gratificações) entre R\$ 1.541 e R\$ 2.451 (de 40 horas).



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 7/6/11
Assunto: Greve – Estado e Sinte mais próximos de acordo		Página: 4 e 5

RIO GRANDE DO NORTE

• O que diz o sindicato

O menor salário-base da rede é de R\$ 664 para um professor de nível médio e 30 horas semanais. O valor é complementado com "penduricalhos" para chegar ao piso nacional. Os trabalhadores estão há 37 dias em greve. Na semana passada, o governo apresentou uma proposta que contempla o pagamento do piso, a partir deste mês, somente para quem ainda não recebia isso e vai repassar o reajuste para toda a carreira só a partir de setembro, parcelado em quatro meses. A categoria recusou a proposta.

• O que diz o governo

Alega que nenhum professor da rede vai ganhar menos do que R\$ 890. O reajuste para carreira, uma média de 34%, será repassado entre setembro e dezembro, para não infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que impede aumento salarial não só do magistério.

MINAS GERAIS

• O que diz o sindicato

O governo não cumpre o piso. Os professores, com carga-horária de 24 horas semanais, pedem o piso, respeitando a carreira. Em 2010, o governo incorporou os abonos e vantagens ao salário-base para chegar a R\$ 1.187, no chamado pagamento por subsídio, que achata a tabela salarial. Os docentes agora pedem o piso sem incorporação de abonos. O governo não fez proposta e a greve começa amanhã.

• O que diz a secretaria de Educação

Em fevereiro deste ano, o governo adotou o pagamento por subsídio, cumprindo a lei do piso. Admite que incorporou gratificações e reajustou os salários em 5%. Para a jornada de 24 horas, o valor proporcional do piso seria de R\$ 712. Com a adoção do subsídio, o menor salário é de R\$ 1.122, para nível médio.

RIO DE JANEIRO

• O que diz o sindicato

O Estado já paga o piso, porque a carga-horária é de 16 horas por semana. O salário-base inicial é de R\$ 610. A cada três anos, os docentes recebem triênio. O valor também aumenta conforme o nível. A briga do sindicato é pelos 33% da carga-horária para a hora-atividade. Hoje, o índice é de 25%.

• O que diz a Secretaria da Educação

O pagamento para professor em início de carreira é de R\$ 765,66 por 16 horas semanais. A remuneração é constituída por salário + triênio + enquadramento por formação. Um reajuste salarial está sendo discutido pelas secretarias de Educação, Planejamento e Fazenda. Está em estudo aumentar o tempo da hora-atividade, mas não há detalhes.

SÃO PAULO

• O que diz o sindicato

Hoje, o menor salário-base para 40 horas é de cerca de R\$ 1,3 mil. A ele, são incorporadas gratificações, chegando a R\$ 1.665,05. Esse valor será reajustado em 13,8% neste ano. A briga do sindicato é pela hora-atividade, que em SP é de 17% da jornada.

• O que diz a Secretaria de Educação

Geraldo Alckmin anunciou, na última semana, a nova política salarial para a educação. O aumento para 374 mil profissionais ativos e aposentados da rede começa em julho, com reajuste de 13,8% sobre o salário-base e acumulará, em 2014, um aumento de 42,2%. O salário de R\$ 1.665,05 passará para R\$ 1.894,12. Sobre a hora-atividade, o governo disse que estão sendo feitos estudos para aumento.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem especial	Data: 7/6/11
Assunto: Greve – Estado e Sinte mais próximos de acordo		Página: 4 e 5



CEARÁ

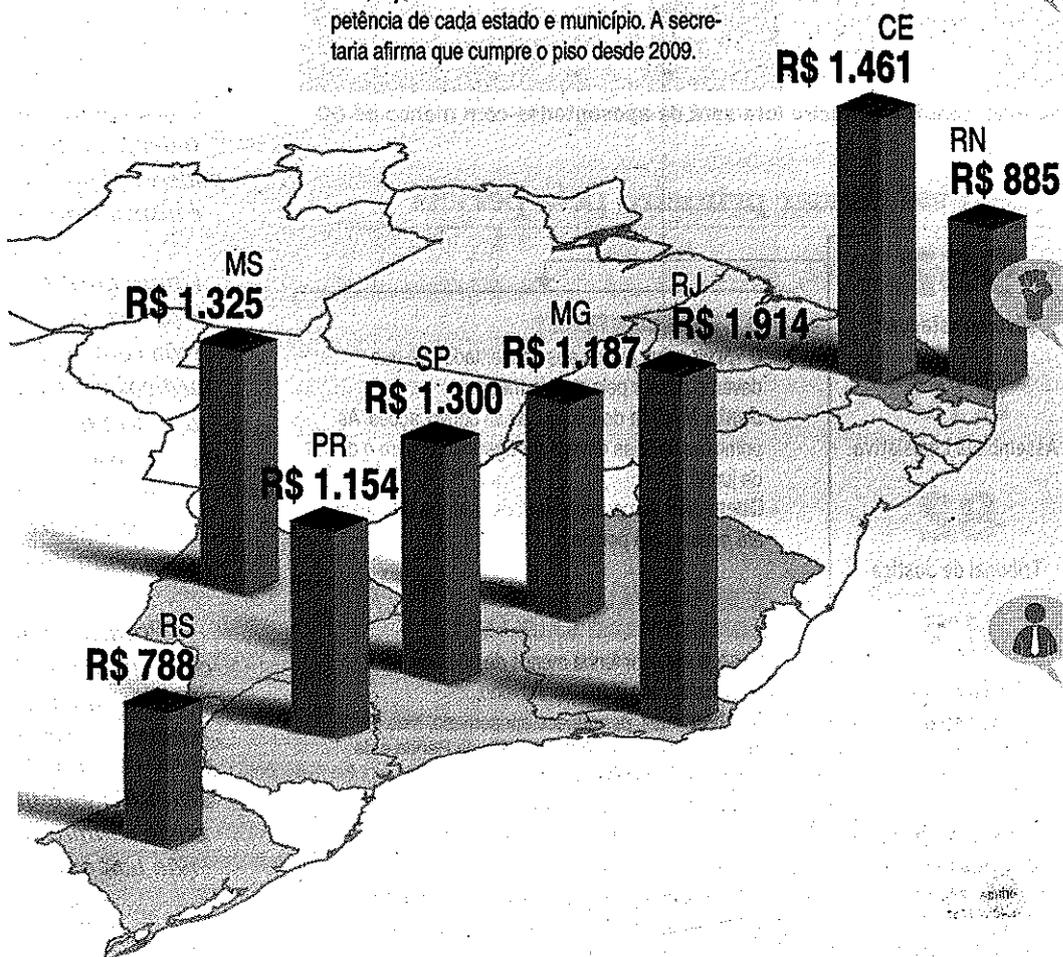
• O que diz o sindicato?

O governo não cumpre a lei porque soma abonos e gratificações para chegar ao valor do piso. O governador Cid Gomes diz que vai cumprir a legislação, mas não apresentou proposta. Alega que o cumprimento do piso, com repasse do reajuste para toda a carreira, aumentaria a folha de R\$ 69,8 milhões para R\$ 192,1 milhões.



• O que diz a Secretaria de Educação?

Ceará entrou com a Adin porque o governo não concordava com a hora-atividade. Para eles, a jornada de trabalho deve ser de competência de cada estado e município. A secretaria afirma que cumpre o piso desde 2009.





CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Especial	Data: 07/06/11
Assunto: Acordo pode encerrar a greve		Página: 03

Acordo pode encerrar a greve

Professores. Incorporação de prêmios e nova progressão salarial são adicionados à tabela

EMANUELLE GOMES
emanuelle@noticiasdodia.com.br
@emanuelle_ND

FLORIANÓPOLIS – A negociação entre professores e governo do Estado começa a caminhar para o fim da greve, que hoje entra no 21º dia na rede estadual de ensino. Em reunião de três horas realizada ontem entre o secretário de Estado da educação, Marco Tebaldi, e o comando de greve do Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina), uma nova contraproposta do governo foi discutida e, dessa vez, contempla toda a categoria.

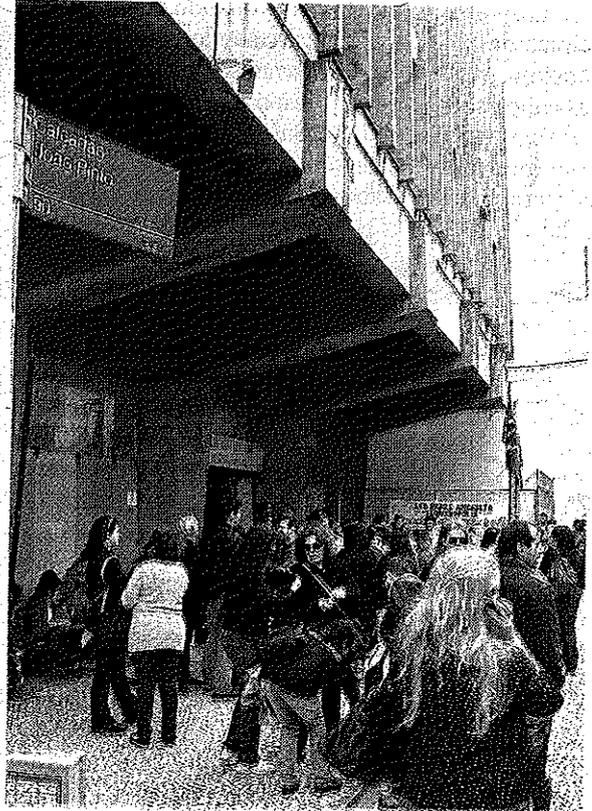
A intenção é cumprir a lei do piso salarial nacional com a incorporação dos prêmios educar, para ativos, e jubilar, para inativos, no valor de R\$ 200,00, além de

assiduidade. O valor da regência de classe também teve seus valores percentuais alterados, passando de 40% a 25%, para professores de primeira a quinta série, e de 25% a 17%, para professores de sexta série a ensino médio.

A proposta ainda prevê a realização de concurso público, a progressão funcional, o abono das faltas mediante reposição das aulas, a previsão de uma reavaliação da lei dos ACTs (Admitido em Caráter Temporário) e a formação de um grupo de trabalho entre governo e Sinte-SC para a se estude a implantação do piso na carreira ainda este ano.

AUDIÊNCIA
Amanhã pela manhã o Sinte deve ser recebido pelo governador para reafirmação da proposta

A contraproposta do Estado deve passar por avaliação nas 30 regionais do sindicato entre hoje e quinta-feira, quando será realizada uma assembleia estadual. Até lá, a greve ainda permanece.



Vigília. Professores marcaram presença na secretaria

Percentual de regência ainda em debate

“Em quatro meses de estudo do grupo de trabalho, esperamos que o piso incida na progressão de carreira ainda neste ano.”

ALVETE BEDIN,
COORDENADORA
DO SINTE-SC

A queda dos percentuais de regência de classe não agradou os representantes do sindicato, que pedem valor de 20% ao invés de 17%, para professores de sexta série a ensino médio. “A incorporação dos prêmios incha a tabela e já estamos dentro dos limites. Esses 3% representam um impacto que será estudado em simulação na folha de pagamento”, alega o secretário de Educação Marco Tebaldi.

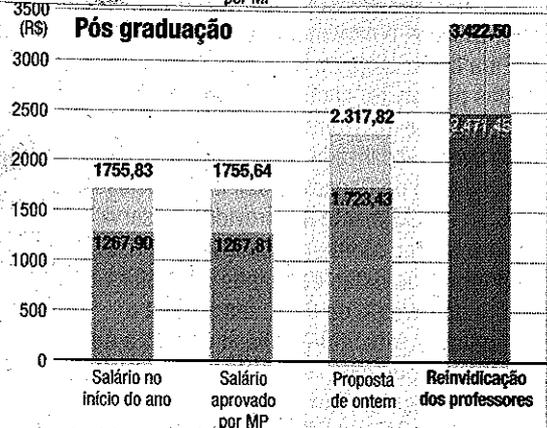
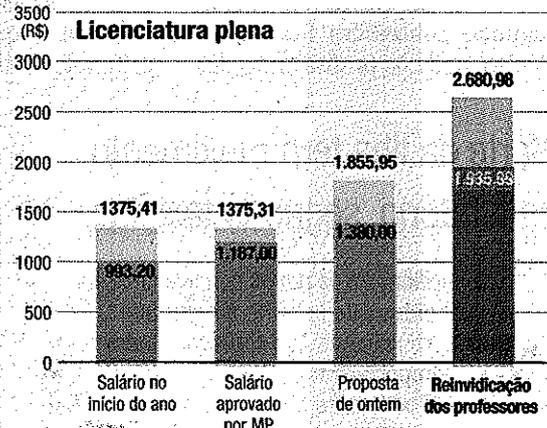
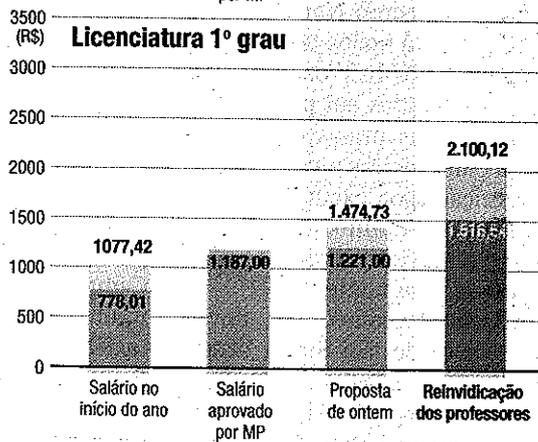
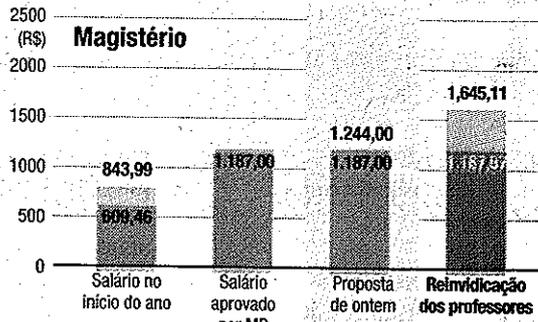
Com o novo ajuste de salário da categoria, o governo passa a investir mais R\$22 milhões por mês, acima dos R\$20 milhões disponibilizados pelo governador. “Passamos um pouco, mas o importante é que estamos avançando. Em julho, o grupo de estudo poderá analisar com mais calma a progressão na tabela e os professores poderão voltar às aulas.”



AVANÇOS
Proposta altera salários dos quatro níveis

Com o piso de R\$609,00, o salário da categoria progredia na tabela verticalmente e horizontalmente, mas não atendia a lei do piso salarial nacional. Com o começo da greve dos professores, o governo encaminhou medida provisória à Assembleia Legislativa garantindo o piso de R\$1.187,00, porém desconsiderando a progressão, o que achatou a tabela salarial. Na contraproposta apresentada ontem, todos os níveis recebem reajuste, entretanto o piso ainda não reflete na carreira. A proposta com o piso nacional do MEC na carreira é a reivindicada pelo Sinte-SC.

Legenda: Teto salarial
 Piso salarial



Além do aumento no salário, a nova proposta do Estado prevê outras alterações:

- Incorporação dos prêmios educar, jubilar e assiduidade.
- Alteração de percentuais de regência de classe: de 40% para 25% e de 25% para 17%.
- Progressão funcional
- Abono de faltas
- Formação de grupo de trabalho para implantação do piso na carreira
- Concurso público
- Revisão da lei dos ACTs

GRÁFICO: EDITORIA DE ARTE / ND / ROGÉRIO MOREIRA JR



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 07/06/11
Assunto: Fim da Paralisação será discutido hoje		Página: 09

Professores estaduais Fim da paralisação será discutido hoje

Professores estaduais de todas as cidades do Norte do Estado participam hoje, em Joinville, de uma assembleia regional para discutir a possibilidade de encerrar a greve da categoria. Mesmo sem consenso sobre os valores da regência de classe, que compõe a remuneração dos professores, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) encaminhou a proposta apresentada, ontem, pelo governo para ser votada em todas as regiões do Estado. O Sinte admitiu avanços e na quinta-feira, uma assembleia estadual pode decidir pelo fim da greve. Amanhã, os professores têm um encontro com o governador.

Com salário-base de R\$ 1.187, o menor valor de remuneração passa a ser de R\$ 1.483, resultando em um gasto mensal adicional de R\$ 22 milhões ao Estado. O impasse continua

sendo os valores da regência de classe. O governo melhorou a proposta anterior, que definiu a gratificação em 15% sobre o salário-base para todos os docentes. Ontem, propôs que os professores que ganhavam 40% passem para 25%, e quem tem 25% passe para 17%. Sem o Sinte concordar com este ponto, o governo prometeu estudar passar os 17% para 20%.

“Vamos fazer uma simulação na folha de pagamento, talvez amanhã tenhamos uma resposta para dar a eles. Mas já ultrapassamos o limite de R\$ 20 milhões”, afirmou o secretário de Educação, Marco Tebaldí.

A coordenadora estadual do sindicato, Alvetete Bedin, apesar de não ter havido um acordo em relação à tabela salarial, considerou um avanço o fato de o governo aceitar pagar os dias parados e em fazer um novo concurso.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Portal	Data: 07/06/11
Assunto: Ensino integral		Página: 02





CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 07/06/11
Assunto: Acordo próximo		Página: 19



ACORDO PRÓXIMO

Negociação produtiva na Educação. O governo ofereceu nova proposta, que agora vai ser avaliada pelo comando de greve. Antes da assembleia de quinta-feira, nova rodada com o governador. Na foto, o secretário Marco Tebaldi (D) com a presidente Alvet Bedin (Sinte) e dois líderes sindicais.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 07/06/11
Assunto: Greve		Página: 02

GREVE

O governo não chegou ao que a categoria almeja, mas avançou rompendo a barreira dos R\$ 14 milhões alcançando um comprometimento de R\$ 22 milhões. Não se pode negar que está disposto a negociar dentro das limitações impostas pelo caixa. Mas o calcanhar de Aquiles está na regência de classe, que reduziu de 40% para 17% e também na tabela de cargos em salários que os professores exigem uma atualização ainda este ano. Tudo isso poderá ser recuperado numa negociação mais aprofundada, que a categoria conseguiu reduzir de 180 para 120 dias. Há uma negociação em curso de forma responsável. Na quarta-feira o governador volta a reunir-se com o comando de greve. Não há ameaças. Não há rompimentos. Não há intransigências. O que há é um posicionamento de ambos os lados que merece respeito. Mas chegou a um limite exigindo agora uma postura emoldurada pelo bom senso. Começo a apostar no fim da greve na quinta-feira.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 7/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Negociações avançam

Há um fato novo nesta greve dos professores da rede estadual de ensino, nada desprezível, que merece registro. Pela primeira vez, os secretários da Educação (titular e adjunto), diga-se o governo, estão negociando efetivamente com o magistério catarinense. Uma conquista que deve ser contabilizada, até para futuros pleitos da categoria em torno da melhoria da área.

A reunião de quase três horas para a apresentação da resposta do governo à contraproposta do Sinte foi mais uma prova deste produtivo diálogo na mesa de conversação. Os líderes sindicais nunca estiveram no mesmo nível, colocando suas reivindicações ou avaliando a posição do governo sobre suas pretensões. A educação tem gravíssimos problemas a resolver, que extrapolam a questão salarial do magistério, o que recomenda análise adequada e competência política para deliberar sobre os rumos do movimento. Os professores terão o piso salarial integralmente aplicado na carreira do magistério? A resposta é negativa, como já reiterou várias vezes o governador. Por limitações financeiras e por imposição legal da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não pode punir a sociedade como um todo em relação a financiamentos e novos investimentos. Se não é possível no todo, que seja conquistado o benefício ao menos parcialmente.

Há duas informações circulando nos meios políticos e no magistério que estão desvirtuadas. A primeira é sobre os recursos do Fundeb. Eles não são diretamente desviados aos outros poderes. O que há é a inclusão de seus créditos no cômputo geral da arrecadação e redistribuição entre os poderes. Na prática, reduzindo o total dos 25% em educação. Um problema que precisa ser equacionado, mas que não será resolvido agora. O segundo é a interpretação da lei do piso na carreira. O ministro da Educação sustentou que a matéria depende dos termos do acórdão do Supremo Tribunal. É a tese da Procuradoria Geral. Pagar o piso é obrigação de estados e municípios. O governo catarinense já decidiu que ninguém receberá menos do que o piso. O problema, agora, está no achatamento da carreira, que continua.

AVANÇOS

Entre os pontos positivos destacados pela coordenação do Sinte na nova proposta estão a melhoria da tabela salarial, a alteração dos valores de regência de classe para 25% e 17% (o governo propôs apenas 15%) e a incorporação dos prêmios Educar e Jubilar. Há outras conquistas que podem gerar melhoria do ensino. A promessa de realização de concurso público do magistério, a anistia das faltas da greve de 2008, a revogação do decreto da progressão funcional e o abono das faltas da greve atual. Tem mais: o prazo para atuação do grupo de trabalho que tratará da descompressão da tabela caiu de 180 para 120 dias. Mais ainda, os professores terão um reajuste de 22% no piso em 2012, segundo a decisão do Supremo. As assembleias regionais decidirão hoje sobre os rumos da greve. Os professores estão numa encruzilhada. Ou fecham o acordo no próximo encontro com o governador, já marcado para esta quarta-feira, com mais algumas aspirações atendidas no econômico, comemorando, fortalecidos, as grandes vitórias desta histórica mobilização; ou optam pela continuidade da greve, arcando com consequências imprevisíveis. Depois de 20 dias sem aulas, os alunos começam a gritar, o magistério arrisca-se a perder apoio da comunidade, o respaldo que se viu na Assembleia tende a escassear, a imprensa costuma tornar-se mais crítica na cobertura e há até o risco de racha no movimento. Há momentos, numa batalha política como esta, que o recuo é a melhor estratégia para a vitória final.

É o caso atual? As conversações entre as partes têm sido elevadas, maduras e de alto nível. É outro registro relevante que pode contribuir para a celebração do tão sonhado acordo.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 06/06/11
Assunto: Por que somos tão ruins em matemática?		Página: A18

Por que somos tão ruins em matemática?

Para brasileiro gostar da disciplina, mudança tem de começar na sala de aula das faculdades que formam os futuros docentes

Ocimara Balmant

ESPECIAL PARA O ESTADO

A aversão é tanta que o senso comum aponta: o brasileiro já nasce sem vocação para aprender matemática. O estudo na área começa com professores sem formação específica, que em geral não gostam da disciplina, e acaba com docentes que têm conteúdo para transmitir, mas não didática. No fim do ensino médio, exames confirmam o despreparo.

O resultado do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), divulgado no mês passado, mostrou que 57% dos alunos terminam o ensino médio com rendimento insatisfatório em matemática.

Os números do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), que avaliou o desempenho em matemática de jovens na faixa de 15 anos, colocaram o Brasil na 57.^a posição em um ranking de 65 países. No topo da lista estão China, Cingapura e Hong Kong.

Se a meta é fazer com que a produção de ciência e tecnologia acompanhe o crescimento econômico do Brasil, essa intolerância à matemática precisa ser combatida com urgência; dizem os especialistas.

E a mudança precisa começar na sala de aula. Mas não naquela que as crianças frequen-

• Comparação

4 em cada 10 jovens brasileiros de 15 anos não sabem fazer uma operação de multiplicação, habilidade ensinada até o 5º ano do ensino fundamental

30 mil engenheiros se formam ao ano no Brasil. O número representa 23 engenheiros para cada 10 mil habitantes. Em Israel, o índice chega a 140. No Japão, são 75

tam. A reforma deve ocorrer, primeiramente, nas classes das universidades que formam os futuros professores do País.

O desafio começa na formação dos docentes que dão aulas para o ensino fundamental 1. No Brasil, os professores do 1.^o ao 5.^o ano são polivalentes, isto é, responsáveis pelo conteúdo de todas as disciplinas e, por isso, não têm uma formação específica. Entre eles, poucos estudaram exatas. “Além de ter de dar conta de todas as matérias, muitos trazem a tradição brasileira de não gostar de matemática”, diz Priscila Monteiro, consultora pedagógica para a área de matemática da Fundação Victor Civita.

Para esses, segundo a especialista, falta conhecimento. “Ele sa-

be ensinar, mas, como não domina o conteúdo, acaba preso às regras. Logo, a criança aprende de forma arbitrária, sem lógica.” Priscila conta que, numa análise de cadernos de estudantes, constatou que, nas questões de matemática, sempre havia a resposta, nunca o processo de resolução. “Desse jeito, o aluno não constrói uma postura investigativa.”

Problema oposto ocorre com os docentes do ciclo 2 do ensino fundamental, que dão aula para estudantes do 6.^o ao 9.^o ano. “Nesse caso, o professor de matemática é formado na área, têm conteúdo, mas lhe falta didática. Daí, ele se foca naqueles alunos que acompanham a aula e os outros continuam parados, aumenta o vale entre eles,” diz Priscila.

Mudanças. Para tratar de propostas e materiais para o ensino de matemática, o Instituto Alfa e Betô (IAB) promove, em agosto, um seminário internacional sobre o tema, voltado a professores e coordenadores pedagógicos. “Vamos discutir a forma de ensino: o material pedagógico que usamos é adequado? Qual o tempo de aula ideal? A fração tem que ser ensinada em forma de pizza? Decora ou não tabuada?”, elenca João Batista Araújo e Oliveira, presidente do IAB.

Um dos palestrantes é Daniel Willingham, professor de Psicologia Cognitiva da Universidade de Virgínia. “Estou certo de que

todos são aptos a aprender matemática. Mas também estou certo de que é uma disciplina mais abstrata e, por isso, mais difícil de ensinar do que as outras.”

Para outro convidado do evento, Hung-Hsi Wu, da Universidade da Califórnia, a dificuldade existe porque o aprendizado não é “natural”. “A criança aprende a falar sem esforço especial, mas matemática é uma arte difícil. Se não for ensinada por quem sabe, se torna assustadora. Mas, se for uma descoberta bem guiada, pode ser surpreendente.”

Efeito cascata. Formar alunos com gosto pela matemática pode ajudar a resolver até mesmo a carência de professores da disciplina. Nos vestibulares da USP e da Unesp, por exemplo, a concorrência para licenciatura na área é de cerca de dois candidatos por vaga.

No País há 59 mil professores formados em Matemática para 211 mil com formação em Letras. Somado a isso, muitos dos formados passam longe da escola. A baixa remuneração paga aos professores não atrai esses profissionais e muitos optam, por exemplo, pelo trabalho na rede bancária.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 07/06/11
Assunto: CGU investiga responsáveis por compra de livros de matemática com erros		Página: Online

CGU investiga responsáveis por compra de livros de matemática com erros Coleção seria distribuída a escolas públicas da zona rural e custou R\$ 13,6 milhões

BRASÍLIA - A Controladoria Geral da União abriu ontem dois procedimentos para identificar e punir culpados pela compra de livros didáticos com erros graves distribuídos pelo Ministério da Educação a escolas públicas da zona rural.

Com 35 volumes, a coleção Escola Ativa ensinava, por exemplo, que dez menos sete é igual a quatro ou que dezoito menos seis é igual a seis. Para apurar as responsabilidades, foram desencadeadas uma sindicância e uma auditoria. Em nenhuma delas, porém, avisou a CGU, o ministro da Educação, Fernando Haddad, será ouvido.

A coleção custou aos cofres públicos R\$ 13,6 milhões. Embora a distribuição da coleção com erros graves tenha ocorrido no segundo semestre do ano passado e descoberta no início do ano, somente semana passada o MEC decidiu comunicar o ocorrido à CGU. A ação do ministério ocorreu dias depois de o Estado procurar a assessoria da pasta solicitando informações sobre a coleção recheada de erros.

Ao todo, foram impressos 7 milhões de livros. Os exemplares com erros foram distribuídos a 39.732 classes multisseriadas da zona rural, presentes em 3.109 municípios de todos os Estados do País. Segundo publicação do MEC, essas classes atendem 1,3 milhão de alunos. A coleção foi retirada do ar na internet. Ao Estado, o ministro admitiu, na sexta, que o número de erros era tamanho que não se resolveria o problema com uma errata. O ministro reconheceu ainda que a revisão havia sido muito malfeita.

A CGU terá 30 dias, renováveis por mais 30, para concluir a sindicância. Responsáveis poderão ser punidos com suspensão até demissão do cargo. A auditoria, por sua vez, vai avaliar os prejuízos aos cofres públicos. De acordo com a assessoria, não há prazo para a conclusão da auditoria.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 7/6/11
Assunto: Sei lá, mil coisas/Férias		Página: 39

Sei lá, mil coisas

Resposta de um dos integrantes da tríplice aliança, ao ser indagado sobre o que tinha achado das declarações críticas do comando de greve dos professores ao governo do Estado: "Eu acho que nem prestei atenção". E depois sorriu.

Férias

Faltam aproximadamente 30 dias para as férias de julho dos alunos da rede estadual de ensino. A dúvida é: haverá férias ou os aprendizes terão que, justamente no seu período de folga, já previsto pelos pais, estudar para compensar aulas perdidas? Se a greve persistir até julho, o que seria o reforço de uma insensatez, tanto do governo quanto do magistério, as férias seriam simplesmente um prolongamento da paralisação. Ninguém merece.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 7/6/11
Assunto: Magistério/Adendo		Página: 12

Magistério

Durante todo o dia de ontem, o governador Raimundo Colombo era informado sobre os detalhes do encontro com representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Santa Catarina (Sinte-SC). O que mais aguardava era uma ligação do secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps, que, ao lado de Marco Tebaldi, debatia sobre o fim da greve dos professores no Estado.



Colombo nem por isso mudou a rotina. À noite, estava preparado para a disputa de um animado jogo de futebol com oficiais do Corpo de Bombeiros Militar. Coisa que o colega fluminense, Sérgio Cabral, não arrisca.

◆ Será que a greve dos professores estaduais aguenta a pressão até quarta-feira?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 7/6/11
Assunto: UFSC Greve por tempo indeterminado		Página: 26

UFSC Greve por tempo indeterminado

Os servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) decidiram pela greve por tempo indeterminado durante reunião na manhã de ontem, em frente à reitoria da universidade. Cerca de 200 funcionários participaram do encontro.

O coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da UFSC (Sintufsc), Celso Ramos Martins, afirma que ainda não é possível dizer quantos servidores devem aderir à greve e se os serviços da universidade – como o funcionamento do Hospital Universitário (HU) e Biblioteca Universitária (BU) e manutenção dos centros de ensino – serão prejudicados. A previsão é de que os servidores do Restaurante Universitário (RU) paralitem suas atividades hoje.

– Grande parte dos funcionários do RU e da BU são terceirizados, por isso acredito que o atendimento não será tão prejudicado – disse.

O comando de greve se reuniu ontem e hoje deve fazer novo encontro em frente ao prédio da reitoria. Um ato também está marcado para amanhã, às 12h, no RU, quando os funcionários falarão sobre a greve.

A paralisação foi decidida em plenária da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra), em Brasília, no dia 1º. Em 26 de maio, os servidores da UFSC já tinham aprovado indicativo de paralisação.

Entre as principais reivindicações estão o reajuste salarial, o reposicionamento de aposentados, a mudança no anexo que prevê incentivos de qualificação e a abertura imediata de concursos públicos para a substituição da mão de obra terceirizada.

Hoje haverá uma nova reunião em Brasília, entre representantes da Fasubra, o secretário da Educação Superior, Luiz Cláudio Costa, e o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Pereira.